

## • Política

### LEGISLATIVO

# Célio Silva afirma que Senado deve ter acesso a movimentações bancárias

por Marta Salomon  
de Brasília

O consultor geral da República, Célio Silva, garantiu que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, vai informar ao Senado as operações financeiras acima de NCz\$ 500 mil realizadas às vésperas do plano econômico. "O sigilo das informações ficará a critério do Senado", disse o consultor a este jornal.

Célio Silva foi acionado a partir da decisão do Senado de cobrar as informações da ministra, sob pena de Zélia Cardoso de Mello ser processada por crime de responsabilidade. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado rejeitou a justificativa da ministra para recusar as informações. A ministra alegou o sigilo bancário previsto na lei do sistema financeiro.

O consultor ponderou, no entanto, que existem dificuldades técnicas para a ministra identificar em toda a rede bancária as operações financeiras que ultrapassaram o limite de NCz\$ 500 mil. O requerimento de informações enviado em março pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ) determina também a identificação dos titulares dessas operações.

O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, disse que está disposto a levar às últimas consequências a cobrança de informações do governo. "Estamos cumprindo a Constituição", justificou. O artigo 5º dá poderes à Câmara e ao Senado de pedir informações aos ministros, "importando crime de responsabilidade a recusa".

Nelson Carneiro explicou que nesta segunda-feira encaminha ao secretário ge-

ral da Presidência, Marcos Coimbra, um comunicado, cobrando as informações da ministra da Economia no prazo de 24 horas. Carneiro confia no envio das informações e disse que vai repassá-las ao senador Jamil Haddad. Caberá a Haddad divulgar ou não as grandes movimentações financeiras que antecederam o plano: "Ele é o juiz da conveniência", disse Nelson Carneiro.

O líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira, afasta a possibilidade da ministra Zélia Cardoso de Mello de ser processada por crime de responsabilidade. Ele disse, porém, que não pretende recorrer contra decisão da Comissão de Constituição e Justiça de cobrar as informações recusadas pela ministra. "É um parecer sóbrio", avaliou o senador. Mas admitiu: "A ministra pode alegar outros motivos para recusar as informações".

O senador Jamil Haddad (PSB/RJ) disse na sexta-feira à Agência Brasil que tão logo receba as informações sobre operações bancárias solicitadas à ministra Zélia Cardoso de Mello começará uma análise profunda do conteúdo. E, caso constate que houve vazamento das medidas do Plano Econômico para beneficiar setores empresariais, poderá divulgar as provas.

Haddad reconheceu que a ministra, quando prestar as informações, poderá requerer ao Senado a manutenção do sigilo bancário, porque a lei lhe reserva esse direito. Todavia, o senador entende que caberá a ele decidir se atende ou não, esse pedido tomando por base o conteúdo dos documentos que receber.